

Aos dez dias do mês de agosto de dois mil e vinte e dois reuniram-se, na sede dos conselhos, os/as Conselheiros (as) **Marcos Fellipe Costa, Vitor de Castro Veiga, , Nadja Amaral, Rosilainde Amorim, Jaguaracy Conceição, Josenita Luz Almeida e Thiago Brandão**. A reunião teve início às quinze horas e quarenta minutos e o presidente informou que, no horário regimental, não havia quórum, mas que fariam a reunião sem caráter deliberativo. Marcos informou que no dia 11 de agosto haverá uma mobilização pela democracia e pela segurança das eleições; Josenita pede desculpas pelas ausências nas reuniões e informa que realmente não estava conseguindo participar por questões de saúde e que tem a mãe com Alzheimer e isso realmente dificultou a participação dela, mas que vai verificar a possibilidade de uma substituição. Sem mais informes, Marcos deu início à reunião fazendo a leitura do ofício de nº 65, o qual recebeu da SEMED versando sobre o pedido de reconsideração do parecer do FUNDEF. Marcos fala ainda que a Secretaria o procurou antes de enviar o ofício para conversar sobre o parecer e ele mencionou que não há, no regimento do conselho, a prerrogativa de reconsiderar ou de não reconsiderar o parecer. O Executivo falou que isso era um procedimento do Tribunal de Contas dos Municípios-TCM, que faz um parecer em via para administração e depois da resposta tem um parecer final. Como isto não consta no regimento sobre não fazer ou sobre fazer, trouxe o pedido para o pleno para decidir se estabelece um outro prazo ou se não acolhe o pedido e envia o parecer para a publicação. Jaguaracy fala que a nossa obrigação é fazer o parecer e fizeram um parecer consubstanciado nas ações e são considerações sobre coisas que vêm sendo mostradas desde o início, desde a época da gestão dele e fica difícil agora pararem para reconsiderar o parecer. Pontua que nos pareceres estão constando sempre as mesmas coisas e menciona sobre o caso de professor atuando em igreja e isso não foi apontado agora e nunca houve uma solução. Há pessoas que trabalham em outros órgãos, sendo que tem uma lei do próprio município que estabelece um prazo e esta lei não está sendo cumprida e até hoje não viram solução. Reforça que a obrigação do conselho é fazer o parecer e questiona o motivo de não corrigirem antes e agora vêm pedir prazo para possíveis punições. Victor diz que é necessária uma reconsideração, pois alguns desses pontos

trazidos por Jaguaracy não constam no parecer e por isso acha que há possibilidade de reconsiderar até porque está omissa essa questão no regimento. E também há pontos que podem ser incluídos e outros que podem ser respondidos. Marcos fala que o ofício é sobre o parecer do FUNDEF e que a justificativa das do executivo é que isso pode ser politizado na cidade apenas para atacar a gestão e diz que é no parecer do Fundeb que tem tudo isso que Jaguaracy colocou. Já no parecer do FUNDEF, tem os assuntos dos tablets, das manutenções das escolas e o fluxo dos recursos e destaca que as pautas com problema foram essas. Jaguaracy fala sobre o FUNDEF e pontua que tudo já começou errado, pois consta na lei que o conselho deverá acompanhar o plano de aplicação e o conselho já recebeu o plano pronto e imediatamente responderam informando que a atitude tinha sido errada e a resposta da prefeita foi o plano já pronto. Então, enviaram outro ofício e nunca teve resposta, ou seja, já começou errado e agora vão rever, ou seja, negar o que consta no parecer. Destaca que a função do conselho é a sociedade civil acompanhar o governo e agora eles colocam que haverá conotação política e disse que, no conselho, não há ninguém envolvido na política do município e estão aqui dando o melhor pela educação de Lauro de Freitas e dizer que tem conotação política é muito triste ouvir isso e questiona o que vão pensar do conselho e o que há de novo para ser apresentado. Fábio questiona se no regimento está previsto não reconsiderar ou se isto está nos casos omissos porque pode ser que estejam discutindo algo que não que não terá solução ou se isso pode ser reconsiderado e dar um prazo. Marcos esclarece que no regimento não trata sobre reconsiderar ou não reconsiderar e tem apenas o trâmite para elaboração do parecer e, como tem um interessado solicitando a reconsideração, achou plausível discutir no pleno e, dependendo da decisão, podem criar um procedimento sobre isso. Se aceitarem o prazo, vão receber as informações e avaliar se mudam o parecer ou não e o que implicará é na questão do prazo, pois podem perder o prazo para o envio do parecer. Nadja diz que antes de falar do parecer gostaria de agradecer a Jaguaracy pela postura dele no conselho e que continua no conselho devido a uma conversa que teve com ele porque a intenção era sair e denunciar no Ministério Público e, se dirigindo a Thiago, comenta que se sentiu

desrespeitada, pois ele falou que ela foi agressiva e praticamente falou que ela não sabia falar e nem se comportar nesse espaço e diz que cada um aqui defende a educação com suas questões específicas. Pontua ainda que às vezes é dura e tem um posicionamento firme, mas pede que ele nunca fale para uma mulher preta que ela é agressiva e sugere que ele faça a leitura de Ângela Davis e destaca que, se fosse em outro espaço, teria levado a questão a outras instâncias. Destaca ainda que não é porque é mãe de aluno que ela não sabe se posicionar e colocou como irrelevante porque ficam sempre voltando os assuntos porque uma ou duas pessoas não participaram e, voltar atrás de um parecer que foi construído porque algumas pessoas não participaram é uma falta de respeito. Destaca ainda que não falta reuniões e que não é funcionária da prefeitura e estar aqui porque acredita na educação pública e enquanto mãe de aluno pode contribuir para melhorar. Pontua que já passou da data de enviar o parecer e agora pedem para voltar no parecer, o qual já teve todo um trabalho, vários ofícios que não tiveram respostas e voltarem atrás é um desrespeito para com o conselho, este que é um conselho ativo no município. Considera muito ruim mesmo mexer no parecer que foi feito com muito cuidado e respeito. Marcos pede que se concentrem nas questões coletivas e acredita que houve acesso nos dois lados. Em relação ao parecer, diz que não houve ainda nenhum desrespeito e o que houve foi um pedido que ele trouxe para o coletivo decidir se é pertinente ou não. Thiago comenta a fala de Nadja e diz que, quando ela externou que era irrelevante, considerou a resposta dela agressiva e que em nenhum momento ofendeu a dignidade ou a honra e só respondeu à forma como foi falada e, em relação ao parecer, vota pela reconsideração. Rosilainde fala que vivemos numa democracia e acredita que, se pede um prazo e esse prazo não atrapalha na finalização, podem dar este prazo para as respostas e, se for possível, refazer o parecer. Pontua ainda que este prazo permitirá que tragam outros dados, outras informações e destaca que o conselho é um órgão fiscalizador. Fábio disse que não estão debatendo o cancelamento do parecer e sim o prazo, então vota pelo prazo porque podem ratificar ou não o parecer dizendo que deram um novo momento. Vitor comenta que quando entrou no conselho já conheceu Jaguaracy na presidência do conselho sempre

lutando pelos direitos dos alunos e entende também a fala de Nadja de uma mãe que quer uma educação de qualidade para o seu filho e diz que é um papel bastante digno e honesto, por isso deve haver a reconsideração. Josenita diz que precisam ver qual é a causa, qual é o melhor para o FUNDEB. Se é deixar para lá ou dar um novo prazo, desde que a Secretaria tenha novos dados. Questiona se reconsiderar neste momento vai trazer alguma melhoria para a educação e pontua que não está falando pela Secretaria e sim pelo que pensa e também porque no regimento não tem a possibilidade de não dar o prazo. Por isso, acha pertinente esta nova oportunidade. Marcos pede que se registre que 5 pessoas se posicionaram pelo acolhimento do pedido da Secretaria e apenas 2 pessoas foram contrárias. Marcos comenta ainda que já houve um momento da Secretaria se posicionar, pois quando fizeram o parecer foi porque já foram enviados inúmeros ofícios para a Secretaria e ela se posicionou. Depois disso, quando o conselho entende que já esgotou o diálogo, toma a decisão e vai para o parecer, o qual já era para ter sido fruto do diálogo e que a Secretaria tem que responder dentro do processo. Comenta ainda que Jaguaracy, quando era presidente, enviava diversos ofícios e poucos eram respondidos e considera que o Executivo melhorou muito nas respostas, mas ainda há coisas sem responder e que, se esse parecer passasse, o Executivo iria ter mais cuidado em responder dentro do tempo e questiona se em todo o momento de decisão o executivo vai deixar para responder no último momento. Josenita sugere uma reunião com Vânia e diz que é uma questão de respeito com o conselho ter esta resposta, um retorno para todos. Jaguaracy fala que o plano foi alterado várias vezes sem passar pelo conselho e isso não tem viés político, mas agora acham que o parecer do conselho terá. Josenita questiona se convidaram a prefeita e Jaguaracy diz que não tem que chamar a prefeita e sim convidar a Secretaria de educação. Nadja diz que o executivo tem um vício de deixar sempre para depois para responder porque sabe que sempre vão ceder e pontua que mandam ofício, a resposta não atende e tem que ter uma reunião para analisar as respostas. Ou seja, espera-se um tempo entre uma reunião e outra para rever as questões e diz que só romperão esse vício se começarem a cumprir os prazos, mas se sempre que executivo precisar, passarem por cima do prazo não

resolverão e espera que essa maioria esteja em outros momentos e em outras reuniões. Marcos destaca que não decidiram por rever o parecer e sim por dar mais um prazo e que, diante dos documentos, decidirão por continuar ou se vão colocar mais observações e, segundo o executivo, terão esses novos elementos. Um desses um exemplo é a cal que encontraram em uma escola e que no contrato é está previsto tinta látex e a Secretaria disse que diante desses elementos vai pedir explicação à empresa e quando a irregularidade for comprovada pedirá ressarcimento do valor pago. Outra questão é sobre os tablets que a Secretaria diz não funcionar no síncrono, mas funcionou no assíncrono e que há as atividades. Na sequência diz que precisam definir qual será o prazo e propõe 15 dias. Nadja considera muito. Vitor sugere 20 dias e Marcos diz que o prazo não pode passar da data da próxima reunião ordinária. Não havendo opiniões contrárias, o prazo de 20 dia foi aprovado. Jaguaracy comenta sobre a falta de cadeiras para os estudantes e pontua que o dinheiro do FUNDEF seria para isso e não entende como em agosto ainda está faltando cadeiras. Vitor diz que a secretaria já fez um levantamento e já foi aberto o processo licitatório. Marcos diz que o próximo assunto é o SIOPE e, como não vão deliberar, podem apenas fazer a leitura e já deixar pronto para a próxima reunião. Na sequência, faz a leitura do documento, pontuado as divergências e destacando sobre o valor de 2017. Jaguaracy diz que acredita que passarão para o outro conselho esta pendência e sempre pedem que aprovem, pois consertarão e continua até hoje. Pontua que a GRADUS disse que já havia consertado e agora continua a divergência. Marcos explica que ocorreu um erro no valor de 3 milhões em 2017 e esse valor vem sempre impactado as contas ano após ano. Pontua que já decidiram em reunião que sempre que houvesse divergência a GRADUS deveria enviar um técnico para esclarecer. Vitor diz que foi enviado um ofício e ficou certo de que o técnico viria. Jaguaracy comenta sobre uma Ata em que Ivone diz que não tem como modificar os documentos e Marcos diz que tem o manual e a GRADUS deve seguir o manual. Comenta sobre a Resolução que define os critérios para o VAAR e sugere que o conselho envie um ofício questionando as ações da secretaria para alcançar as exigências. Sem mais a tratar, a reunião foi encerrada às dezesseis horas e dez minutos e foi lavrada a presente ata.